

OS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIIS AMEAÇADOS PELA INFLUÊNCIA DA MÍDIA: A VISIBILIDADE DO CASO LULA

José Laudemiro Rodrigues da Costa Filho¹

João Eduardo Farias Santos Cabral²

Davi Antônio da Fonseca Marques³

Matheus Reis Costa⁴

6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas. 6.01.00.00-1 – Direito

6.01.02.03-9 Direito Processual Penal

RESUMO: Este artigo discute a visibilidade midiática do caso do ex-presidente Lula no que se refere a sua prisão ocorrida em abril de 2018 e como a abordagem dos meios de comunicação de massas contribuem para a fragilização da garantia dos direitos e princípios doutrinários. A atuação da mídia no caso pode gerar influência diretas e indiretas no modo com que o processo é coordenado. Frente à essa sensação de deturpação processual, o interesse dos meios de comunicação é de extrema importância para a análise dos números encontrados no decorrer deste trabalho para buscar uma reflexão acerca da relevância do poder oriundo da mídia. É um caso exemplar da atuação da mídia em casos jurídicos de grande visibilidade nacional e internacional. Frente a isso, o objetivo deste trabalho é analisar o papel da mídia brasileira, em especial de cinco das principais mídias digitais, impressas e televisiva, como instrumento de ameaça aos princípios do Processo Penal, como também observar a visibilidade tratada por jornais nacionais acerca do caso. Nota-se que o poder garantido pelos meios de comunicação é cultivado e relacionado na maioria das vezes como um partido político ou até mesmo como uma loja, assim, uma clientela de diferentes perfis são aglutinados, assim, tenta-se agradar a maioria das pessoas expostas, mas da forma que siga a linha editorial. O trabalho objetiva também expor as implicações em consequências da abordagem midiática frente aos princípios processuais penais, princípios do Direito Penal e aos princípios constitucionais em relação a forma da exposição do caso Lula. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho

¹Pós-graduando em Relações Internacionais com ênfase em Direito Internacional, Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e acadêmico de Direito do Centro Universitário Tiradentes, e-mail: jlaudemirorodrigues@outlook.com

²Pós-graduando em Direito Constitucional pela Damásio Educacional, Bacharel em Fisioterapia pelo Centro Universitário Tiradentes e Acadêmico de Direito do Centro Universitário Tiradentes, e-mail: joaoeduardo94@gmail.com

³Acadêmico de Direito do Centro Universitário Tiradentes, e-mail: daviantoniooo@gmail.com

⁴ Acadêmico de Direito do Centro Universitário Tiradentes

quantitativo. Conclui-se que o poder exercido pela mídia ao influenciar casos de maior visibilidade gera fortes ameaças aos princípios jurídicos e à igualdade jurídica, trata-se de um caso de injustiça processual sofrida pelo ex-presidente da república, que ficara dependente da mídia com agenda definida em interesses editoriais e que a influência midiática sobre o caso poderá definir o teor da igualdade processual nesse e em outros casos de maior visibilidade. O princípio da presunção da inocência é o mais ultrajado no caso, juntamente com a proteção do direito da personalidade, já que existiu uma desarmonia entre o recorte temporal estudado, assim, a imagem de Lula claramente sofreu consequências negativas mediante a ofensiva de matérias de caráter negativo que claramente transcendeu a imparcialidade, e que pode ter corrompido a postura de atores fundamentais no processo, dentro procuradores, juízes e desembargadores.

Palavras-chaves: Influência midiática; Lula; Direito Penal.

RESUMEN: Este artículo analiza la visibilidad mediática del caso del ex presidente Lula con respecto a su arresto en abril de 2018 y cómo el enfoque de los medios de comunicación contribuye a debilitar la garantía de los derechos y principios doctrinales. El papel de los medios en este caso puede generar influencia directa e indirecta en la forma en que se coordina el proceso. Frente a esta sensación de tergiversación procesal, el interés de los medios es de suma importancia para el análisis de los números encontrados en el curso de este documento para buscar una reflexión sobre la relevancia del poder de los medios. Este es un caso ejemplar del desempeño de los medios en casos legales de alta visibilidad nacional e internacional. En vista de esto, el objetivo de este documento es analizar el papel de los medios de comunicación brasileños, especialmente cinco de los principales medios digitales, impresos y de televisión, como un instrumento de amenaza a los principios del Procedimiento Penal, así como observar la visibilidad tratada por los periódicos nacionales sobre el caso. Se observa que el poder garantizado por los medios se cultiva y se relaciona con mayor frecuencia como un partido político o incluso como una tienda, por lo que se aglutina una clientela de diferentes perfiles, tratando de complacer a la mayoría de las personas. expuesto, pero de una manera que sigue la línea editorial. El documento también tiene como objetivo exponer las implicaciones del enfoque mediático de los principios procesales penales, los principios del derecho penal y los principios constitucionales en relación con la forma de exposición del caso Lula. Se realizó una búsqueda bibliográfica cuantitativa. Se concluye que el

poder exercido por los medios de comunicación para influir en los casos más visibles genera fuertes amenazas a los principios legales y la igualdad legal. Este es un caso de injusticia procesal sufrido por el ex presidente de la república, que se había vuelto dependiente de los medios con una agenda. intereses editoriales y que la influencia de los medios en el caso puede definir el contenido de la igualdad procesal en este y otros casos de mayor visibilidad. El principio de presunción de inocencia es el más indignado en este caso, junto con la protección del derecho de la personalidad, ya que hubo una falta de armonía entre el marco de tiempo estudiado, por lo que la imagen de Lula claramente sufrió consecuencias negativas a través de la ofensiva de los asuntos de carácter. Es un aspecto negativo que claramente trascendió la imparcialidad, y puede haber corrompido la postura de los actores clave en el proceso, incluidos fiscales y jueces.

Palabras claves: Influencia de los medios; Lula; Derecho Penal.

Referências/Referencias

ASSIS, D. M. S. A mídia e sua influência no processo penal brasileiro. **Revista Brasileira De Direito E Gestão Pública**. RBDGP (Pombal - Paraíba, Brasil), v. 1, n. 4, p. 27-34, out.-dez, 2013

CAMARGO, Julia. **Ecos do fragor: a invasão do Iraque em 2003: a mídia internacional e a imprensa brasileira**. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em Relações

Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília
FONSECA, Francisco. Mídia, poder e Democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 41-69.

GUILLEN DESGUALDO, Juliana L. M. N. Dimensionamento do poder da mídia na sociedade da informação. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu**. Vol. 2, p. 197-207, 2014

LATOSINSKI, Sônia Paula. **A influência da mídia no processo penal brasileiro e a ofensa aos princípios constitucionais penais e processuais penais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Santa Cruz do Sul, RS, p. 61. 2015.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. – 13. ed. – São Paulo/SP: Saraiva, 2016.

MENUCCI, Julia Monfardini; FERREIRA, Laura Pinto; MENEGAT, Isabela Costa. A influência da mídia no processo penal. **Revista Temática**, NAMID/UFPB, ano XII, n. 01, jan. 2016.

SILVEIRA, Felipe Lazzari da. Mídia, medo e controle: Ensaio sobre o papel da mídia na dinâmica do recrudescimento do sistema penal. **Cadernos de Comunicação (UFSM)**, v. 20, p. 73, 2016.

TAVORA, N.; ALENCAR, R. A. R.C. **Curso de direito processual penal**. 14. Ed. Salvador/BA: Juspodivm, 2019, v.1. 1888p.

ZANIN MARTINS, Cristiano; TEIXEIRA ZANIN MARTINS, Valeska; VALIM, Rafael. et al. **O Caso Lula: a luta pela afirmação dos direitos fundamentais no Brasil**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.